



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9638

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Não votados e/ou não tramitados

**Autoria:** Wilton Afonso Dias Soares

**Data:** 19/03/2020

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 35/2020. (NÃO VOTADO). Institui a obrigatoriedade das agências bancárias, restaurantes, lanchonetes, padarias, supermercados, comércio em geral, cartórios de registros e concessionárias de serviços públicos, disponibilizarem álcool em gel para os clientes e usuários durante a pandemia do coronavírus, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.10

**Posição:** 25

**Número de folhas:** 04

---

Espécie: PL  
Categoria: Não votado  
CX: 26.10  
Ordem: 25  
nº fls: 02



# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 35/ 2020

AUTOR:

Ver. Wilton Afonso Dias Soares

ASSUNTO:

**Institui a Obrigatoriedade das Agências Bancárias, Restaurantes,  
Lanchonetes, Padarias, Supermercados, Comércio em Geral,  
Cartórios de Registros e Concessionárias de Serviços Públicos de  
Disponibilizarem Ácool em Gel para os Clientes e Usuários  
Durante a Pandemia do Coronavírus e dá Outras Providências.**

### MOVIMENTO

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - **Entrada em 19/03/2020**  
**Comissão Legislação e Justiça.**
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



Câmara Municipal de Montes Claros  
Gabinete vereador Wilton Dias

PROJETO DE LEI Nº **35**/2020.

AS  
COMISSOES  
19/03/2020  
Wilton Dias

*"Institui a obrigação das agências bancárias, restaurantes, lanchonetes, padarias, supermercados, comércio em geral, cartórios de registros e concessionários de serviços públicos de disponibilizarem álcool em gel para os clientes e usuários durante a Pandemia do Corona Vírus e dá outras providências".*

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovam e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sancionam a seguinte Lei:


Art. 1º Durante a vigência da Pandemia do Corona Virus, as agências bancárias, restaurantes, lanchonetes, padarias, supermercados, o comércio em geral e cartórios de registro deverão disponibilizar álcool em gel para utilização dos clientes em suas dependências.

Art. 2º 1º Durante a vigência da Pandemia do Corona Virus as concessionárias de serviço público deverão disponibilizar álcool em gel para utilização dos usuários durante a utilização dos serviços.


Art. 3º - As multas a serem aplicadas e forma de fiscalização deverão ser definidas quando da regulamentação da presente lei pelo Executivo Municipal em prazo não superior a cinco dias contados da sua publicação.



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara Municipal de Montes Claros, 19 de março de 2020.

  
Wilton Afonso Dias Soares  
Vereador  
Wilton Dias  
Vereador



[vereadorwiltondias@gmail.com](mailto:vereadorwiltondias@gmail.com) -  wiltondiasmoc

 vereadorwiltondias -  99102-7153

**Educação deve nos ajudar a pensar e não nos ensinar a obedecer.**

22

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS	
A COMISSÃO DE	LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA	
EM 19 DE	MARÇO DE 2020
PRESIDENTE	





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

### ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 035/2020 QUE “Institui a obrigatoriedade das agências bancárias, restaurantes, lanchonetes, padarias, supermercados, comércio em geral, cartórios de registros e concessionárias de serviços públicos de disponibilizarem álcool em gel para os clientes e usuários durante a pandemia do corona vírus e dá outras providências.” Wilton Afonso Dias Soares.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em questão dispõe sobre a obrigatoriedade de, durante a pandemia do corona vírus, as pessoas que menciona, disponibilizarem álcool em gel para ser utilizado por consumidores e usuários.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 19 de março de 2020.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605